

Recebido em: 24/06/2022

Aceito em: 28/12/2022

Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários¹

Elizângela Pereira²

Eliane Fioravante³

Gisela Eggert-Steindel⁴

Resumo: Esse artigo tem por objetivo discutir o cenário da Rede de bibliotecas escolares na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (SC) problematizando a partir desse cenário a inexistência de uma rede de bibliotecas escolares no âmbito da Rede Estadual de Santa Catarina, ou seja, um outro cenário, no qual também não há bibliotecários nessas bibliotecas escolares. O arcabouço teórico está atento a autores como Tomaél, Alcará e Di Chiara, Castells entre outros, e discute o conceito de biblioteca escolar na chave da universalização desse tipo de biblioteca, no Brasil, por meio da Lei 12.244/2010, somando os documentos da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias. **Metodologia:** pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, ancorada a fontes bibliográficas e documentais. **Resultados:** a implementação e sucesso das bibliotecas escolares, e delas em rede, demanda vontade política, recursos financeiros e humanos, e contínuo aprimoramento profissional. A biblioteca da escola precisa de espaço e pessoal próprio; constar no Projeto Político Pedagógico; as redes de bibliotecas escolares devem constar nos organogramas das secretarias de educação, onde estão vinculadas; em rede, as bibliotecas escolares contribuem para melhor atender as demandas da sociedade. **Considerações finais:** Redes de bibliotecas escolares contribuem para proporcionar maior acesso dos usuários à leitura e escrita, promovendo a formação de cidadãos críticos. Por fim, as duas realidades, ainda que distintas, revelaram que muito há que se avançar para a garantia das bibliotecas escolares, uma vontade e consciência política da necessidade da gestão dessas bibliotecas por bibliotecários para esses espaços, com destaque, principalmente, à rede estadual pública de bibliotecas escolares.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Rede. Redes de Bibliotecas Escolares. Gestão Escolar. Educação Pública - Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

O artigo discute dois cenários de bibliotecas escolares em Santa Catarina (SC): um na rede municipal de Florianópolis e outro na rede estadual. Nesta trilha discorre sobre conceitos de biblioteca escolar (BE) na chave da universalização desse tipo de biblioteca no Brasil, por meio da Lei 12.244/2010, e conceitos imbricados nos documentos da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), e faz reflexões sobre rede e rede de bibliotecas escolares pautados na literatura científica nacional e internacional.

¹Artigo apresentado na Disciplina “Biblioteca Escolar: Prescrições, Diretrizes, Contextos e Práticas”, no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

² Mestranda no PPGInfo/UDESC. Bacharela em Biblioteconomia (UFSC). Licenciada em Pedagogia pela Udesc. Bibliotecária na Prefeitura Municipal de Florianópolis. Prefeitura Municipal de Florianópolis, UDESC, UFSC. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7553-8292>

³ Doutora em Ciência da Informação (UFSC). Professora no PPGInfo/Udesc. **ORCID:** <http://orcid.org/0000-0003-1414-3099>

⁴ Doutora em Educação (USP). Professora no PPGInfo e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), ambos da Udesc. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8686-0471>



A BE não é um espaço complementar à escola, ainda que cultural e politicamente seja praticada deste modo. Essa instituição é, sim, indispensável ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, e contribui para o desenvolvimento curricular. Segundo Limas e Campello (2017, p.22), ela “[...] é um elemento estratégico para a melhoria do nível educacional por sua potencialidade de impacto no letramento, na competência informacional dos alunos e no apoio ao ensino/aprendizagem.”

Diante das diferentes possibilidades que esse lugar pode proporcionar aos estudantes, o conceito de BE expresso na Lei 12.244/2010 (BRASIL, 2010), parece-nos insuficiente para garantir a sua presença com qualidade nas escolas. Obviamente, conforme expõem Limas e Campello (2017), que a BE precisa de aparato que lhe dê condições de ser elemento estratégico na escola. Contudo essa lei, (BRASIL, 2010), limita, cerceia a possibilidade de concebê-la para além de uma “coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.” dando-lhe pouca visibilidade diante das possibilidades que essa biblioteca poderia vir a oferecer.

A IFLA (2015, p. 19), vê a BE de modo abrangente: “[...] espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural.” A IFLA (1999, [p.1]) também relaciona a presença da biblioteca na escola como fundamental para o desenvolvimento de toda a comunidade escolar, visto que “[...] promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios.”

A despeito da Lei 12.244/2010, há outros dois aspectos relevantes: prazo para se ter biblioteca na escola, e a necessidade efetiva de pessoa bibliotecária nessa biblioteca, amparada por legislação nacional. Apesar dessa lei representar um ganho para a qualidade da educação brasileira, a maioria das nossas escolas não têm biblioteca e profissional qualificado no campo da biblioteconomia para fazer a gestão e promoção desse espaço da escola. O censo escolar de 2020 indicava que do total das 179.533 escolas de educação básicas brasileiras (públicas e privadas), apenas 36% tinham biblioteca (QEdu, 2022)⁵. Com relação ao profissional, há pouca valorização social e financeira para atuar nas bibliotecas escolares. Esse pouco reconhecimento também é

⁵Nessa mesma fonte, encontramos em nota de rodapé que “* A partir da definição do INEP, a biblioteca é um local composto por um acervo de livros e um profissional especializado, o bibliotecário.”

percebido pelas palavras-chave pelas quais a lei 12.244/2010 é indexada pela, então, presidência da república, em gov.br⁶: “determinação, obrigatoriedade, instituição educacional, estabelecimento de ensino, escola pública, escola particular, instalação, implantação, biblioteca, acervo bibliográfico, livro”, omitindo o termo “bibliotecário”. Em outras palavras, a escrita dessa lei abre brechas para o não cumprimento do exigido e, por consequência, garantem a omissão e o descumprimento do Estado nas diferentes esferas da lei que criou. Nesta direção, o *modus operandis* da lei em si, não atendem aos argumentos de Armendano Seveso *et al.* (2007, p. 35), que expressam as condições básicas para o funcionamento de uma BE: bibliotecário e equipe, coleção, espaço organizado e adequado, relação entre os membros e rede de bibliotecas, e que o bibliotecário “Debe tener status de docente y ser parte de este equipo, y participar em los diferentes grupos que tienen a su cargo La planificación y evaluación de los proyectos, programas y actividades y La evaluación y selección de los materiales.” Para Arena (2011, p.14), “o conceito de biblioteca escolar como contexto de relações entre professores, alunos, bibliotecários, livros e todas as outras mídias inclui o conceito de redes e de conexões, pelas quais sujeitos ensinam e aprendem a praticar a leitura como múltiplas manifestações culturais

Este preâmbulo permite avançar uma discussão sobre conceitos e práticas de cooperação e colaboração, a partir da literatura e orientações internacionais acerca de rede de bibliotecas, aqui escolares.

2 REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: UMA RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO

A sociedade vive em rede. No dia a dia precisamos e dependemos da cooperação e da colaboração entre pessoas e instituições. Segundo Tomaél, Alcará e Di Chiara (2005, p.93), “a configuração em rede é peculiar ao ser humano, ele se agrupa com seus semelhantes e vai estabelecendo relações de trabalho, de amizade, enfim relações de interesses que se desenvolvem e se modificam conforme a sua trajetória”. Com as tecnologias da informação e comunicação (TIC), não é diferente. A cada dia estão ligando cada vez mais pessoas e o mundo em redes globais. As pessoas se utilizam das redes na comunicação, na política, na

⁶Disponível

em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12244&ano=2010&ato=d88UzYU1keVpWTe eb>.

Acesso em: 4 jun. 2022.

religião, na pesquisa, e assim, a informação circula nas mais variadas redes (de empresas, sociais, de computadores etc). Para Castells (2002, p. 565),

como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

Conforme Tomaél (2008, p. 1), “Quando se aborda o tema rede, impregnado em seu conceito está à concepção de cooperação, por serem as redes responsáveis pelas articulações entre diferentes atores que interagem entre si e fortalecem todo o conjunto [...]”

As redes podem ser compreendidas como:

[...] veículos propulsores da inovação, sendo desencadeadoras de transformações pessoais, profissionais, organizacionais, econômicas e sociais, permitindo, inclusive, o fortalecimento de áreas do conhecimento e a otimização de processos de trabalho. Para melhor compreensão das diferentes possibilidades de atuação em rede, foram destacados os processos de cooperação, colaboração e compartilhamento, que costumam permear o trabalho em rede (OLIVEIRA; CIANCONI, 2013, p. 230).

Segundo Castells (2002, p. 566), elas são “[...] estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).” As redes são definidas de acordo com seus produtos, serviços e ações. Para Castells (2002, p. 565), que “A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação as outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede.” Das vantagens relacionadas ao crescimento das redes, destacamos a redução de custos a partir da cooperação e da colaboração entre seus integrantes. Conforme Pereira, (2016, p. 24), “[...] a colaboração é vista como uma oportunidade para a renovação das práticas bibliotecárias na escola, quando envolve pedagogos, diretores e professores em diferentes e complexos problemas educacionais.”

Apesar de bastante utilizado, o termo colaboração tem gerado dúvidas quanto à sua definição. Houaiss e Villar (2009) e Ferreira (2013), duas fontes de uso comum no Brasil, definem colaboração como um trabalho comum realizado por duas ou mais pessoas; cooperação; ajuda; auxílio, a partir das quais tem-se dificuldade para distinguir, e entender os termos cooperação e colaboração. Kemczinski *et al.* (2007, p. 12), selecionaram “opiniões de

diversos autores acerca da pertinência, concorrência ou complementaridade desses termos”, levantaram as variáveis que caracterizam a visão de cada um dos autores pesquisados, e concluíram que os termos colaboração e cooperação se complementam.

Para Castells (2002, p. 232), “[...] a cooperação e os sistemas de rede oferecem a única possibilidade de dividir custos e riscos, bem como de manter-se em dia com a informação constantemente renovada.” Nesse sentido, pensamos na cooperação, na colaboração e participação, a envolver a BE, um setor da escola fundamental para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem. Aproximando esta discussão conceitual da biblioteca escolar, a IFLA (2015, p. 67), vê essa biblioteca como parceira “[...] essencial das redes local, regional e nacional de bibliotecas e de informação.” A IFLA (1999, p. 1), ainda preconiza que “As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação, em observância aos princípios do Manifesto UNESCO para Biblioteca Pública.” A IFLA aponta que as inúmeras conexões entre essas bibliotecas, as quais contribuem para um melhor funcionamento de todas. Isto é, todas auxiliam a todas, o que agiliza o atendimento às necessidades de seus usuários. Reiterando, esses documentos ressaltam a necessidade de cooperação e colaboração do bibliotecário com docentes, gestores, equipe de especialistas e comunidade escolar nas ações de promoção da literacia e de aprendizagem. Lembra Jesus (2020, p. 16), que

As redes atendem às necessidades dos sistemas de ensino das escolas onde estão inseridas. Essa característica de trabalho, com a possibilidade de compartilhamento de boas práticas, ampliam as estratégias de atendimento, ações desenvolvidas, técnicas aplicadas, bem como atividades direcionadas que propiciem o aperfeiçoamento de habilidades específicas nos estudantes.

Acerca dos recursos, Camillo, Jesus e Castro Filho (2019, p. 92-93), entendem que uma rede de BE “[...] deve ser formada por uma equipe familiarizada com os mesmos objetivos, que busque por novas parcerias para realizações sociais e culturais, e que esteja atenta às novas tendências e, naturalmente, aos novos desafios que se apresentem durante o processo, como é o caso específico das bibliotecas escolares.”

Limas e Campello (2017), sinalizam que nem sempre as bibliotecas que estão em um mesmo sistema de ensino e compondo uma rede de bibliotecas, muitas ainda atuam de forma isolada e sem uma maior integração ao contexto escolar. Para esses autores (2017, p. 24), “Na biblioteconomia/ciência da informação, sistema relaciona-se, por exemplo, a sistemas informáticos ou sistemas de recuperação da informação.” Ainda nessa fonte (2017, p. 27), os autores sugerem que há redes de bibliotecas que se “aproximam mais a sistema de bibliotecas,

uma vez que as bibliotecas integrantes têm objetivos comuns e dependem de diretrizes e apoio de uma mesma unidade gestora.” Numa rede de bibliotecas, haveria bibliotecários cooperando entre si e com outros profissionais.

3 METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O artigo resulta de pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, ancorada a fontes bibliográficas e documentais. O levantamento bibliográfico foi realizado em dezembro de 2020 na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sem delimitação de período, e objetivou identificar fontes que discutissem conceitos de biblioteca escolar, rede e rede de bibliotecas escolares, e trabalho colaborativo, para subsidiar uma “conversa” sobre dois cenários de bibliotecas escolares em SC.

Os resultados e discussões sobre características, ações para a manutenção de bibliotecas e a presença de bibliotecários em duas redes de ensino - uma municipal (cenário 1) e outra estadual (cenário 2), seguem nesta seção que elenca dados e considerações sobre as mesmas e o impacto da lei 12.244/2010 à luz dos conceitos que permeiam esse artigo.

3.1 CENÁRIO 1: BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis, capital do estado de SC, possui população estimada de 516.524 habitantes (IBGE, 2021). A sua rede de Ensino atende aproximadamente 38.900 estudantes em 38 escolas de ensino fundamental (EBM), 83 Núcleos de Educação Infantil (NEIM), 12 unidades mantidas por convênio para atender a educação infantil, e 10 Núcleos e 28 polos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para atender tal contingente, a Secretaria da Educação desse município tem 5.627 servidores, dos quais 3.100 do magistério, e 38 bacharéis em biblioteconomia.⁷

A história dessa rede de ensino é marcada por desafios e conquistas na constituição da escola pública e para o campo da biblioteconomia imersa nessa rede já no ano 1984, com o

⁷Dados atualizados em fev. 2022, e recebidos por *e-mail* da Diretoria de Planejamento e Dados Educacionais (SME/PMF).

envio do ofício nº 10.528 à Secretaria de Ensino de 1º e 2º grau do Ministério da Educação, quando inicia as tratativas para a implantação das BE na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), e da criação do Sistema Integrado de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (SIBEC). Ainda em 1984 quando inicia suas atividades no assessoramento e coordenação dos serviços das bibliotecas, a RMEF contava com 28 escolas, 14 Núcleos de Educação Infantil (NEI), e quatro Creches (CAPISTRANO, 2019, p.37). As primeiras bibliotecárias da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis, e respectivos períodos de atuação, foram: Maria Cândida Bittencourt Silva (de 11/09/1984 a 01/10/2015), Maria de Fátima Sartori Veloso (de 21/03/1985 a 19/11/2010), e Zuleide Figueiredo Patrício (de 01/09/1987 a 15/10/2012). Maria Cândida também foi a primeira bibliotecária lotada em escola, a saber, EBM Dr. Paulo Fontes. Em 1988, Maria de Fátima, a primeira Chefe do SIBEC, sucedida por Zuleide em 1999.

Em 1987, a Lei 2.622 institui os conselhos de escolas possibilitando a participação de bibliotecários e garantia de decisões democráticas (FLORIANÓPOLIS, 1987). Em 1988, houve a abertura de concurso público ampliando vagas para bibliotecários e garantia de direitos. A denominação do SIBEC é alterada para Divisão de Bibliotecas Escolares, hoje Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (DEBEC). Esse departamento tem como funções: a) planejar, organizar e assessorar ações relativas à rede de bibliotecas; b) oferecer formação continuada aos profissionais bibliotecários e auxiliares de biblioteca; c) fomentar ações literárias; planejar e realizar ações na Semana Municipal do Livro Infantil; d) mediar as ações do Programa Nacional do Livro Didático; e) articular a aquisição de acervo, mobiliário e equipamentos para as bibliotecas escolares e salas de leitura das unidades educativas da rede municipal de ensino (FLORIANÓPOLIS, 2022). Em 1998 ocorreu novo concurso público para bibliotecário na RMEF, ação que exigiu primeiramente a criação de mais cargos. Sobre isso, Alzemi Machado⁸ comenta que

A criação do cargo de bibliotecário na Rede de Educação do município de Florianópolis, já estava há alguns anos tramitando na Câmara, e estava arquivado nos escaninhos do legislativo. E nós, em 1995, organizamos aqui [em Florianópolis] o 1º Encontro Brasileiro de Estudantes de Biblioteconomia, e uma das deliberações nossas foi destravar esse projeto de lei. Então, eu lembro que assim que terminou o

⁸Mestre em Educação e Cultura, bibliotecário da Biblioteca Pública de SC, lotado na Unidade de Conservação e Memória, coordenador técnico da Hemeroteca Digital Catarinense, em palestra na disciplina TAG: Biblioteca Escolar: prescrições, diretrizes, contextos e práticas, do PPGInfo, em 4 nov. 2020.

evento, e eu era o coordenador desse Grupo Sul de estudantes, nós (eu, e mais dois do Rio Grande e Porto Alegre, mais do Paraná e Londrina, da UEL, mais representantes de Florianópolis, das duas universidades [UFSC e UDESC], tivemos uma reunião com o presidente da Comissão de Educação, na época o Vereador Márcio de Souza, e falamos da importância de destravar esse projeto. E esse projeto foi destravado. Ele foi tramitando. A origem dele é do Governo Sérgio Grand, prefeito na época, e não sei porque cargas d'água ficou tanto tempo parado. Se não me engano o ingresso desse projeto é de 1994. E quando chegou em 1997, daí na gestão da prefeita Ângela Amim, esse projeto foi votado, e em 1998 abriu concurso público.

A Lei 6.847 (FLORIANÓPOLIS, 2005) ampliou a valorização do bibliotecário, lhe permitindo optar pela ampliação da jornada diária de trabalho de seis para oito horas. Com isso os alunos poderiam ter acesso à biblioteca em todo horário de funcionamento da escola. Depois, a Lei Complementar 627 concedeu aos bibliotecários 65 dias de férias, e no mesmo período do magistério e auxiliares de sala. (FLORIANÓPOLIS, 2017). Com a interdisciplinaridade na concepção de currículo, prevista na Resolução nº 01 (FLORIANÓPOLIS, 2010), as atividades escolares passaram a ser planejadas e articuladas com os diferentes setores das escolas, e disciplinas, a partir das características regionais, culturais, sociais e econômicas da comunidade onde a escola está inserida. Desse modo, as BE da RMEF realizam diferentes atividades. Muitas delas em colaboração com outros profissionais das escolas. Todavia, é o “Clube da Leitura”, formação oferecida pelo DEBEC, que tem juntado bibliotecários e professores, com maior número de participação de professores. A atividade possibilita encontros e conversas com autores catarinenses, cujo objetivo é aproximar autores dos estudantes, através de visita às escolas.

As ações registradas aqui, com base na legislação, contam parte da história das bibliotecas escolares e de bibliotecários nesse município. Acenam melhorias nesse espaço escolar, e planos de carreira dos servidores técnicos, a valorização do bibliotecário, ampliando por concurso a contratação desse profissional para as escolas. Em síntese, essas ações expressam a valorização da educação oferecida nessa rede de ensino ao longo de sua história. Especificamente sobre a rede de bibliotecas do município de Florianópolis, sua composição integra uma biblioteca central (no Centro de Educação Continuada), e 38 bibliotecas escolares, uma em cada das 38 unidades de educação fundamental (as EBM), do 1º ao 9º ano, distribuídas nas suas cinco regiões: Central: 8; Continental: 1; Leste: 7; Norte: 14; e Sul: 8. (FLORIANÓPOLIS, 2022).

Dados coletados por uma das autoras deste artigo, que atua na RMEF, indicam trinta e seis bibliotecários concursados em atendimento nessas 38 bibliotecas. Há três vagas a serem ocupadas, e em duas bibliotecas escolares não há bibliotecários por designação temporária para outras secretarias do município. A formação complementar desses profissionais, em nível de especialização e mestrado, é a seguinte: 26 têm especialização, sete têm mestrado, e um não informou. O curso de especialização e de mestrado mais procurado pelos bibliotecários da RMEF, são respectivamente, “Gestão de bibliotecas escolares” (10 indicações), e “Gestão de Unidades de Informação” (5 indicações). Na biblioteca central da SME, as duas bibliotecárias têm especialização, e uma delas também tem mestrado. Na área da educação as especializações mais procuradas são: Gestão Educacional e metodologia do ensino interdisciplinar (6); Gestão e metodologia do ensino (2); Gestão de sala de leitura (2); Alfabetização e literatura infantil (1); Educação Infantil (1); Gestão escolar (1). Na área da administração: Gestão Pública (1); Gestão de pessoas (1); Administração, gestão pública e políticas sociais (1); Direitos Humanos e Cidadania (1). A demanda por especialização na área técnica é menor: Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais (2); Estratégias e Qualidade em Sistemas de Informação (2); Organização e Administração de Arquivos (1); Gestão de Documentos e Informação (1); e Gestão de Sistemas de Informação (1). O atuar na escola exige desse profissional conhecimentos além da sua formação acadêmica. Assim, o estar na escola, inculca nesses profissionais as maiores demandas desse contexto educacional. Ainda no campo da formação complementar, uma vez ao mês e em período integral, a RMEF oferece formação continuada com temas previamente sugeridos pelos bibliotecários. Ao final de cada ano letivo, os certificados são entregues no setor de pessoal da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) para promoção funcional, que é bienal.

No Quadro Único, a seguir, vemos os temas dessas capacitações em 2018-2021.

Quadro Único – Temas das capacitações oferecidas pela PMF/SME ao pessoal bibliotecário (2018-2021)

2018	2019	2020/2021
- Vivências de leitura: possibilidades pedagógicas no espaço da BE	- Programa Nacional do Livro e do Material Didático	- Produção e edição de vídeos para o Portal Educacional, por meio de aplicativos gratuitos
- Profissional da informação	- Contação de histórias	- Planejamento, roteiro e recursos visuais para gravação de vídeos
- Uso e indicação de fontes de informação confiáveis e de acesso aberto no ambiente educacional	- Gêneros literários e a atuação do bibliotecário escolar	- Contação de histórias: estratégias e vivências
- propostas de fomento a leitura	- Base Nacional Comum Curricular e a invisibilidade do bibliotecário escolar	- Direitos autorais
-	- Educação das relações étnico raciais	- Ciranda Literária
-	- Projetos de leitura e o papel do mediador	-
-	- Informatização de bibliotecas	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Nos anos de 2020 e 2021 os temas das formações visaram atender as demandas do período de pandemia da COVID-19⁹, quando as atividades de incentivo à leitura foram desenvolvidas de forma remota.

Acerca do trabalho desenvolvido por bibliotecários nas bibliotecas da rede de ensino de Florianópolis, Capistrano, (2019, p. 19), registra que ele

[...] envolve pessoal habilitado e motivado, acervo atualizado compatível com as necessidades dos usuários e espaço adequado, bem como, a clareza da missão, finalidades e princípios do Departamento [de Bibliotecas Escolares e Comunitárias] que tem a responsabilidade de organizar a dinâmica da BE. Essas bibliotecas nas unidades escolares, são consideradas suportes essenciais para o complemento do ensino da sala de aula e também enriquecedor na questão de incentivo à leitura.

Mas, nessa rede de ensino também há escolas cujas bibliotecas estão sem funcionar, ou sem atender adequadamente por falta de bibliotecário(a). A comunidade de três escolas aguarda novos concursados, e a de outras duas escolas aguardam o retorno dos bibliotecários estão à disposição em outras secretarias. A prefeitura está com novos chamados de concursados para efetivação nas três vagas existentes, e buscando contornar a situação das duas escolas, cujas vagas pertencem aos que foram convidados para trabalhar em outra

⁹COVID-19 – Pandemia causada por corona vírus e que vitimou mais de 600 mil pessoas no país. Na RMEF as atividades escolares e as formações foram realizadas de forma remota e as postagens feitas nos canais de informação da escola e PMF.



secretaria do município. Ainda, que hajam esses e outros desafios a serem superados, essa rede de ensino tem buscado valorizar a educação pública, incentivando a leitura, e buscando atender o que dispõe a lei 12.244/2010.

Os bibliotecários dessa rede colaboram nas atividades de leitura; no uso da informação; no planejamento do projeto político pedagógico, e no Planejamento Estratégico Situacional, diga-se, plano anual das ações da escola, e nas parcerias com organismos relacionados à educação, na preservação e disseminação do conhecimento (FLORIANÓPOLIS, 2022 [não paginado]).

Em síntese, as ações elencadas neste item contam parte da história das bibliotecas e bibliotecários escolares, as quais repercutem na valorização da educação oferecida nessa rede de ensino ao longo de sua história. Obviamente que houve e ainda há desafios a serem superados, avanços a serem alcançados, mas pode-se inferir que é uma experiência promissora e inspiradora para outras redes de ensino e para outros profissionais.

3.2 CENÁRIO 2: BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SC

O estado de Santa Catarina possui população estimada em 7.338.473 habitantes (IBGE, 2021), distribuídos nos 295 municípios. Em março de 2022, a Secretaria Estadual de Educação contabilizava 1.259 escolas, e 544.316 matrículas (SANTA CATARINA, 2022). Garcez, Eggert-Steindel, Pereira e Carpes (2016), informam que nesse estado, com a Reforma Trindade, em 1935, é dado impulso na criação de bibliotecas escolares, e dos cargos de professora bibliotecária e de professora encarregada de biblioteca. Contudo, a Secretaria de Educação informou que em 2021, 72,8% das escolas dessa rede estadual tinham biblioteca¹⁰. Fioravante (2018), indicava que os responsáveis pelas bibliotecas nessa esfera estadual são docentes readaptados. Para Fragoso (2005, p. 170),

Nas bibliotecas escolares das escolas públicas, conta-se, às vezes, com profissionais sem qualificação para ocupar a função, sem motivação, e aguardando a hora de se aposentar, como também se encontra profissionais sem habilitação, mas que buscam atuar nesse ambiente, leitores com desenvoltura e com entusiasmo.

¹⁰Dados recebidos por *e-mail* da Gerência de Estatísticas e Avaliação, da Secretaria de Estado da Educação, em 13 jun. 2022



Na longa caminhada de 1935 para cá, foram muitas as tratativas para que esse Estado viesse a dar maior atenção às bibliotecas escolares. Bamberg (2018), por exemplo, apresenta sinalizações da BE na legislação estadual catarinense, em dezoito documentos (constituições, leis e decretos) publicados entre as décadas de 1960-1980, e identifica a BE citada em determinados momentos [...], no entanto, as menções são superficiais, isto é, a biblioteca nunca é questão central a ser tratada. Garcez, Eggert-Steindel, Pereira e Carpes (2016), lembram que em 2003 foi cogitado pelo executivo a criação de 300 cargos de bibliotecário, e sua vinculação ao quadro do magistério. Em 2006, quando do V Fórum Estadual de Bibliotecas Escolares em SC, a então, secretária estadual da educação, revela saber das mazelas que envolvem as bibliotecas escolares de sua administração, e o impacto disso na educação,

por falta de profissionais bibliotecários nestes espaços, livros, e ações pedagógicas. Reforça a assinatura do Projeto de Lei Complementar para a criação do cargo de bibliotecário [...]. Esta lei levará a promoção de concursos para a abertura de vagas no Quadro do Estado. Inicialmente devem ser oferecidas 50 vagas para as Secretarias Regionais do Estado, cujo papel será o de fomentar as bibliotecas escolares e capacitar os profissionais nelas existentes (GARCEZ; KIESER; SILVA, 2008, p. 515).

Em 2010, a Assembleia Legislativa de SC, chegou a aprovar o PLC 0039.0/2010 que previa a criação de 300 cargos para bibliotecário, mas declarado inconstitucional (GARCEZ; EGGERT-STEINDEL; PEREIRA; CARPES, 2016). Para Fioravante (2021, p. 308), “[...] a biblioteca escolar preconizada, e também precarizada na Lei nº 12.244” não corresponde, inclusive, ao ideal expresso por estudantes dessa mesma rede estadual, sustentado por:

a. **Investimento na coleção de livros** a fim de diversificá-la para atender melhor aos leitores. [...] b. **Promoção do uso semanal da biblioteca** escolar para todas as séries. [...] c. **Ampliação do espaço físico** como condição para aumentar o acervo, de forma que possa atender mais pessoas. [...] d. **Organização**. [...] e. **Responsável** para viabilizar o acesso ao local, administrá-lo e organizá-lo. [...] f. **Computadores e acesso à internet** [...]. g. Suporte às necessidades do professor [...]. h. **Hora do conto** para todas as séries. [...] i. **Recursos didáticos que incentivem a participação dos alunos** [...]. j. **Silêncio** para que o aluno possa ler, pesquisar, escrever, sendo entendido como forma de incentivo a frequentar o local. [...] (FIORAVANTE, grifo da autora, 2021, p. 304-307).

Rede de ensino, onde nem todas as escolas têm biblioteca, e nem rede de bibliotecas escolares. Nessa rede de ensino, escolas que têm biblioteca, não têm bibliotecário(a) responsável pela mesma, mas professor(a) readaptado(a). Fora dessa rede de ensino, profissionais e órgãos de classe vem se mobilizando pela implantação de uma Rede de

Bibliotecas, e criação do cargo de bibliotecário (GARCEZ; EGGERT-STEINDEL; PEREIRA; CARPES, 2016). Com relação ao acervo, relembremos o que registrou Fioravante (2018, p. 21), do idealizado por estudantes: “d) livros variados e em quantidade suficiente para atender a todos, incentivando a leitura e o uso da biblioteca; e) documentos sobre vestibular e cursos superiores;” Paula, Ohira e Trevisol Neto (2020, p. 418), informam ser ele

[...] composto por livros didáticos, literatura e materiais de referência. Algumas bibliotecas possuem mapas, atlas, globos e materiais multimídia. Em muitas bibliotecas verificou-se, também, o acúmulo de livros didáticos de anos anteriores. Observa-se, ainda, que, muitas vezes, o acervo é desatualizado e os livros que se encontram na biblioteca estão em péssimas condições de uso.

Dar atenção a tudo isso, e pôr em prática uma rede de bibliotecas escolares nesse Estado, requer contratação de bibliotecários, colaboração de professores readaptados (com capacitação para trabalharem na biblioteca) e de outras pessoas para comporem a equipe dessas bibliotecas.

Em 2021 a Secretaria Estadual de Educação realizou processo seletivo contratando, em caráter temporário¹¹, 59 bibliotecários, mas nenhum deles para lotação nas suas 1.259 unidades escolares. Até mesmo para atender apenas escolas com maior número de matrícula, esse quantitativo de bibliotecário seria insuficiente. Lembram Camillo, Jesus e Castro Filho (2019, p. 92), que “uma rede de bibliotecas escolares tem requisitos imprescindíveis ao seu funcionamento, que englobam os recursos financeiros, humanos, físicos, tecnológicos e de informação.” Segundo Limas e Campello (2017, p. 25), “o foco do estabelecimento de redes de bibliotecas diz respeito ao compartilhamento de recursos com menores gastos.” Através da cooperação e da colaboração, uma rede de bibliotecas escolares minimiza o desperdício de recursos e maximiza a visibilidade e a viabilidade de cada uma de suas bibliotecas. As equipes devem estar alinhadas aos objetivos que atendam às demandas sociais, e empenhadas em buscar parcerias nos setores públicos e privados, para a promoção da leitura e outras atividades.

Uma rede de bibliotecas escolares, com diferentes profissionais cooperando com a educação, pode atender as necessidades informacionais da comunidade escolar com mais agilidade. Para ArmendanoSeveso *et al.* (2007, p. 39), “El trabajo en red permite, entre otras

¹¹Conforme Edital 3011/2021, de 09/12/2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/44-concursos/31362-concurso-de-act-para-bibliotecario-psicologo-assistente-social-e-nutricionista>. Acesso em: 30 abr. 2022.

cosas, la realización de algunas actividades en forma cooperativa, la economía de escala en las adquisiciones, la planeación de actividades de formación y la entrega de asesorías técnicas, complemento de las colecciones y actualización conjuntas.” Para Stein, Hubner e Pimenta (2019, p. 2), “é preciso desconstruir essa visão da biblioteca como espaço obsoleto e/ou esquecido e evidenciar, dinamizar seu papel, revelando as possibilidades que ela oferece para um ensino de qualidade.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados dos cenários da rede municipal de ensino de Florianópolis, e da rede de ensino do estado catarinense, não deixam dúvidas: escola precisa de biblioteca, sim. Essa biblioteca contribui para atender as demandas do currículo, e das pessoas da comunidade escolar, no desenvolvimento das competências informacionais, na formação de leitores e cidadãos. Logo, há muito a se fazer para a aprovação de leis, dotação orçamentária, e para se ter bibliotecário(a) nas bibliotecas escolares no Brasil. A realidade dessas bibliotecas, tratada em algumas pesquisas, nos sugere presente e futuro com muitos desafios para a educação e para a biblioteconomia, especificamente para bibliotecários que já integram redes de bibliotecas escolares (como a do município de Florianópolis), como para aqueles que defendem biblioteca, bibliotecário, e a criação de redes de bibliotecas, como no ensino estadual catarinense.

Neste artigo, vimos desafios e avanços no tocante às bibliotecas e profissionais das redes de ensino de Florianópolis e de SC. Recentemente a rede estadual contratou bibliotecários, ainda não para as escolas. Mas, quiçá, em um futuro próximo, suas escolas possam contar com bibliotecários concursados, impulsionando um trabalho de cooperação e colaboração com os professores.

A atuação de profissionais das bibliotecas escolares, em rede, inclusive com a participação das bibliotecas públicas, fortalece e dá visibilidade a essas bibliotecas. Estruturadas e organizadas essas vêm possibilitar um maior acesso da comunidade escolar aos materiais, e melhores resultados educacionais.

As redes, e o movimento em prol das redes de bibliotecas, aumentam a perspectiva de retirar as bibliotecas escolares de atuação isolada e do seu enfraquecimento pela falta de recursos e de pessoal, contribui para a valorização desses espaços, o compartilhamento de experiências, de materiais e serviços. Também os recursos tecnológicos contribuem na interação e no compartilhamento de materiais e serviços, onde todos ganham com o acesso a uma maior variedade de materiais e serviços,

a menor custo. Em rede, as bibliotecas escolares podem melhor contribuir para o desenvolvimento e transformação da sociedade, ao proporcionarem aos usuários, novos horizontes de leitura e escrita, os levando a compreender o contexto atual, a sua história, a história da sua cidade, e da sociedade.

A biblioteca escolar é responsabilidade do coletivo da escola, dos gestores, públicos e privados. Sem exceção todos eles devem ajudá-la a atender as necessidades da comunidade escolar, garantindo investimentos, políticas públicas e legislação específica, as cumprindo. A carência de bibliotecas e de bibliotecário(a) nas escolas, é problema que as administrações públicas e privadas precisam solucionar. Isso nos leva a pensar em redes de pessoas, redes de instituições, na criação de estruturas, para sustentar o funcionamento da biblioteca em atendimento às demandas da educação básica.

Decorridos doze anos da Lei 12.244/2010, a vemos sem a devida atenção das diferentes gestões do governo de SC, que não viabilizaram as comunidades escolares, e de forma generalizada, acesso à BE e atendimento nela por bibliotecários, para potencializar este lugar praticado de leitura, escrita, informação, conhecimento e cultura. É preciso sublinhar: essa lei é o dispositivo legal para refletir ações no legislativo e executivo das administrações públicas, e nos empresários da educação.

REFERÊNCIAS

ARENA, Dagoberto B. Alunos, professores e bibliotecários: uma rede a ser construída.

Leitura: Teoria & Prática, v. 29, n. 57, p. 10-17, 2011. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/11449/115383>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARMENDANO SEVESO, María Cristina *et al.* **Por las bibliotecas escolares de Iberoamérica**. Colômbia: CERLALC, 2007. Disponível em: https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/PUBLICACIONES_OLB_Por-las-bibliotecas-escolares-de-Iberoamerica_V1_011207.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

BAMBERG, Callu Ribeiro Ferreira Pedreira e Andrade. **Entre silêncios, indícios e menções: a biblioteca escolar prescrita na legislação educacional de Santa Catarina (1961-1981)**. 2018. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/251/callu_ribeiro_ferreira_pedreira_e_andrad_e_bamberg_15688171712139_251.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.



CAMILLO, Everton da Silva; JESUS, Miriam Fernandes de; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos. **Páginas a&b**, Lisboa, n. 12, p. 88-107, 2019. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/6362>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CAPISTRANO, Tatiana Quadra e Silva. **Memórias e histórias do Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias de Florianópolis: 1988 a 2018**. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão de Unidades de Informação) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. 102 p. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Tatiana_Quadra_e_Silva_Capistrano_15791078320248_1438.pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1. 698 p. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. 2. ed. rev. 2015. Tradução de Rede de Bibliotecas Escolares (Portugal). Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar (1999)**. Tradução de Neusa Dias e Helena Gomes de Oliveira. 2005. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2009.

FIORAVANTE, Eliane. **Biblioteca escolar: entre livros, descobertas, refúgio e abandono**. 1. ed. Curitiba: APPRIS, 2021. 357p. (Arquivologia, documentação e ciência da informação).

FLORIANÓPOLIS. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 01/2010**. Fixa normas para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_05_2012_9.08.50.019c95ff9d1068a4104bfd5a5dce780a.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 2.622/87**. Institui o conselho escolar deliberativo nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1987/262/2622/lei-ordinaria-n-2622-1987-institui-o-conselho-deliberativo-nas-unidades-escolares-na-rede-municipal-de-ensino?r=p>. Acesso em: 28 abr. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 6.847, de 18 de novembro de 2005**. Amplia, por opção e no interesse da administração, a duração de trabalho semanal dos servidores do quadro único de pessoal civil, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF e das fundações,

pertencentes aos grupos ocupacionais II e III, nível médio e superior respectivamente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/25786089/lei-n-6847-de-18-de-novembro-de-2005-do-municipio-de-florianopolis>. Acesso em: 28 abr. 2022. **FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar N° 627, de 29 de novembro de 2017.** Altera o art. 90 da Lei Complementar CMF N° 63, de 2003. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2017/62/627/lei-complementar-n-627-2017-altera-o-art-90-da-lei-complementar-cmf-n-63-de-2003>. Acesso em: 29 abr. 2022.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. **Secretaria Municipal de Educação.** Diretoria de Educação Fundamental. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php>. Acesso em: 6 jun. 2022.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca escolar: uma relação a ser construída. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 10, n. 2, p. 169-173, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/430/548>. Acesso em: 16 dez. 2020.

GARCEZ, Eliane F.; EGGERT-STEINDEL, Gisela; PEREIRA, José P. S.; CARPES, Gyance. Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 237-262, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2468/1764>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GARCEZ, Eliane F.; KIESER, Herta; SILVA, Inês. J. da. Relatório do V Fórum Estadual de Bibliotecas Escolares: Joinville, 21 de outubro de 2006. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 503-522, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/615>. Acesso em: 6 dez. 2020.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

JESUS, Miriam Fernandes de. **A competência em informação na rede de bibliotecas escolares do serviço social da indústria de São Paulo:** uma reflexão e análise sobre a ação integrada entre bibliotecários e professores. Marília, 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020. 123 p. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/192502/jesus_mf_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em: 28 jan. 2021.

KEMCZINSKI, Avani de *et al.* Colaboração e cooperação: concorrência, pertinência ou complementaridade. **Produção online**, v. 7, n. 3, 2007. Disponível em: <https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/68/68>. Acesso em: 9 set. 2021. ^

LIMAS, Rubeniki Fernandes de; CAMPELLO, Bernadete Santos. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 21-42, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/113284>. Acesso em: 19 nov. 2020.

OLIVEIRA, Caroline B.; CIANCONI, Regina B. Cooperação, compartilhamento e colaboração: caso da rede de bibliotecas e centros de informação em arte no Estado do Rio de Janeiro (Redarte/RJ). **Brazilian Journal of Information Science**. v.7, n. 1, p. 224-246, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4332480>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PAULA, Viviane C. de; OHIRA, Maria L. B.; TREVISOL NETO, Orestes. As bibliotecas escolares da rede pública estadual do município de Florianópolis – Santa Catarina: relato de pesquisa. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 409-425, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1699/pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PEREIRA, Gleice. **A colaboração no contexto da função educativa do bibliotecário**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, 146 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AE7FXB>. Acesso em: 17 abr. 2022.

QEdU. Brasil – Matrículas e infraestrutura – censo escolar 2020. Disponível em: https://qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 12 jun. 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Educação. Santa Catarina, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMzk5MGQ1MTItNzAwYS00MGE3LThmNTgtYjUwOWU5ZDAzYTg5IiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWVtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9&pageName=ReportSection1d504e795a617710910>. Acesso em: 5 jun. 2022.

STEIN, Zillanda Rodrigues T. R.; HUBNER, Marcos L. F.; PIMENTA, Jussara S. Despertando a curiosidade: a experiência de readequar uma biblioteca escolar. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória (ES). **Anais [...]**. Vitória. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2995>. Acesso em: 17 abr. 2022.

TOMAÉL, Maria I. Redes de conhecimento. **DataGamaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6257>. Acesso em: 17 abr. 2022.

TOMAÉL, Maria I.; ALCARÁ, Adriana R.; DI CHIARA, Ivone G. Das redes sociais à inovação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/55385>. Acesso em: 2 jan. 2021.



Networked school libraries: one conversation, two scenarios

Abstract: This article aims to discuss the scenario of the School Libraries Network in the Municipal Education Network of Florianópolis (SC), problematizing from this scenario the inexistence of a network of school libraries within the State Network of Santa Catarina, that is, another scenario, in which also there are no librarians in these school libraries. The theoretical framework is attentive to authors such as Tomaél, Alcará and Di Chiara, Castells, among others, and discusses the concept of school library in the key of universalization of this type of library, in Brazil, through Law 12.244/2010, adding the documents of the International Federation of Library Associations and Institutions. **Methodology:** descriptive exploratory research, with a qualitative approach, anchored to bibliographic and documentary sources. **Results:** the implementation and success of school libraries, and of them in network, demands political will, financial and human resources, and continuous professional improvement. The school library needs its own space and staff; be included in the Pedagogical Polical Project; the school library networks must be included in the organization charts of the education departaments, Where they are linked; in a network, school libraries contribute to better meet the demands of society. **Final considerations:** School library networks contribute to providing users with greater access to reading and writing, promoting the formation of critical citizens, Finally, the two realities, although different, revealed that there is much to be done to guarantee school libraries, a will and political awareness of the need for the management of these libraries by librarians for these spaces, especially the state network public school libraries.

Keywords: School Library. Network. School Library Network. School management. Public Education - Santa Catarina.